

O movimento das forças armadas comunicou ao país, o seguinte:
O movimento das forças armadas comunicou ao país o seguinte:

Considerando que o espírito patriótico de libertação e unidade nacional que presidiu ao movimento de 25 de Abril de 1974 tornou possível libertar o povo de opressões e graves distorções, caberá ao Conselho da Revolução;

Considerando que essas distorções criam a confusão e a desconfiança para a rápida recuperação social e económica, provocada por ausência de estabilidade governamental e por frequente desrespeito pela vontade da maioria esmagadora do Povo Português;

Considerando que a revolução socialista que os portugueses querem levar a cabo recusa qualquer solução totalitária e ditatorial nas que, pelo contrário, tal revolução passa pelo integral respeito pelas liberdades públicas, nomeadamente pela liberdade de expressão, de opinião e crítica, assim consolidando as conquistas revolucionárias conseguidas desde 25 de Abril de 1974;

Considerando que a correcta interpretação da vontade popular é indispensável para a preservação do processo revolucionário e para a realização de uma sociedade mais justa, democrática e livre, e que a liberdade de expressão popular tem sido frequentemente violada na prática;

Considerando que a liberdade de expressão que se vive no País Democrático é um dos pilares da estabilidade democrática e da unidade nacional;



risco devido ao seus economicos procecho para a estabilidade e unificação da capacidade produtora do País;

Considerando que tais riscos poderão num futuro próximo acarretar pesados sacrificios a todo o Povo Português, cujos valores socio-culturais têm também sido objecto de violentas agressões;

O Movimento das Forças Armadas, unido à volta dos oficiais progressistas e democratas inspirados no espírito de 25 de Abril, e aliados ao Povo trabalhador de Portugal e a todas as forças políticas verdadeiramente empenhadas na construção do socialismo pluralista, reafirmando a sua total confiança no Presidente da República, general Francisco de Costa Gomes, proclama e compromete-se a garantir imediatamente:

- 1º - Formação de um Governo de Salvação Nacional, no qual estejam representados o MFA e as forças políticas progressistas mais representativas.
- 2º - Reorganização de todos os órgãos democráticos do MFA (Conselho Superior da Revolução, Assembleia do MFA, Assembleias dos Ramos e Armas das Forças Armadas), através de sufrágio universal e secreto, como fundamento democrático da disciplina necessária às instituições militares;
- 3º - Extinção da 3ª Divisão do EMGPA, passando as suas funções de informação e dinamização a depender directamente do G.S.R., através do Ministério da Organização Social.
- 4º - Organização de ^o eleições municipais ^{e sindicais} no prazo máximo de 60 dias.
- 5º - Garantia de livre acção dos partidos políticos, desde que respeitem as regras democráticas e a legalidade republicana.
- 6º - Garantia do livre funcionamento da Assembleia Constituinte...



partidos políticos, é o único órgão competente para determinar a organização do Estado Novo, no nível nacional e local.

79 - Responsabilidade das elites da sociedade civil dependentes do Estado, no sentido de dar espaço a livre expressão das várias correntes de opinião antifascistas.

80 - Aplicação de um Plano Económico de emergência, destinado a:

- a) reduzir a inflação;
- b) aumentar a produção;
- c) eliminar o desemprego;
- d) criar um clima de confiança interno e externo;
- e) assegurar a base económica necessária a uma real independência nacional.

81 - Consolidação das nacionalizações através de medidas eficazes de socialização das empresas nacionalizadas, medidas que devem, desde já, ser concretizadas a partir da experiência prática dos trabalhadores.

82 - Recurso integral pelas organizações internacionais assinaladas, diversificando as relações externas, nomeadamente com os países de expressão portuguesa, com os demais países progressistas do Terceiro Mundo, com vista a assegurar o máximo de independência relativamente aos blocos imperialistas.

O Movimento das Forças Armadas confirma a sua firme decisão de assegurar a soberania revolucionária, legitimada pela aprovação e execução da constituição popular, única capaz de garantir a unidade nacional e a libertação da pátria, salvaguardando os direitos e as liberdades da classe trabalhadora.



O Movimento das Forças Armadas comunica ao País, o seguinte:

O Movimento das Forças Armadas comunica ao País o seguinte:

Considerando que o espírito patriótico de libertação e salvação nacional que presidiu ao movimento de 25 de Abril de 1974 tem sido objecto de profundas e graves distorções, como já foi reconhecido pelo próprio Conselho Superior da Revolução;

Considerando que essas distorções estão a conduzir o País para a rápida descomposição social e económica, provocada por ausência de integridade revolucionária e por frequente desrespeito pela vontade da maioria esmagadora do Povo Português;

Considerando que a revolução socialista que os portugueses querem levar a cabo recusa qualquer solução totalitária e ditatorial mas que, pelo contrário, tal revolução passa pelo integral respeito pelas liberdades públicas, nomeadamente pela liberdade de expressão, de opinião e crítica, assim consolidando as conquistas revolucionárias conseguidas desde 25 de Abril de 1974;

Considerando que a correcta interpretação da vontade popular é condição indispensável para o prosseguimento do processo revolucionário e o alicinho de uma sociedade socialista, pluralista e livre, e que esse consenso popular tem sido frequentemente violado na prática;

Considerando que a situação crítica que se vive no País favorece, a curto prazo, a acção das forças reacçãoárias nacionais e internacionais;

Considerando que a construção de um socialismo de base popular, que não seja imposto e controlado de cima para baixo,



O Movimento das Forças Armadas comunica ao País, o seguinte:

O Movimento das Forças Armadas comunica ao País o seguinte:

Considerando que o espírito patriótico de libertação e salvação nacional que presidiu ao movimento de 25 de Abril de 1974 tem sido objecto de profundas e graves distorções, como já foi reconhecido pelo próprio Conselho Superior da Revolução;

Considerando que essas distorções estão a conduzir o País para a rápida decomposição social e económica, provocada por ausência de autoridade revolucionária e por frequente desrespeito pela vontade da maioria esmagadora do Povo Português;

Considerando que a revolução socialista que os portugueses querem levar a cabo recusa qualquer solução totalitária e ditatorial mas que, pelo contrário, tal revolução passa pelo integral respeito pelas liberdades públicas, nomeadamente pela liberdade de expressão, de opinião e crítica, assim consolidando as conquistas revolucionárias conseguidas desde 25 de Abril de 1974;

Considerando que a correcta interpretação da vontade popular é condição indispensável para o prosseguimento do processo revolucionário a caminho de uma sociedade socialista, pluralista e livre, e que esse consenso popular tem sido frequentemente violado na prática;

Considerando que a situação caótica que se vive no País favorece, a curto prazo, a acção das forças reacçãoárias nacionais e internacionais;

Considerando que a construção de um socialismo de base popular, onde não exista mais a exploração de classe, passa



risco devido ao caos económico provocado pela sistemática demolição da capacidade produtora do País;

Considerando que tais riscos poderão num futuro próximo acarretar pesados sacrifícios a todo o Povo Português, cujos valores socio-culturais têm também sido objecto de violentas agressões;

O Movimento das Forças Armadas, unido à volta dos oficiais progressistas e democratas inspirados no espírito de 25 de Abril, e aliados ao Povo trabalhador de Portugal e a todas as forças políticas verdadeiramente empenhadas na construção do socialismo pluralista, reafirmando a sua total confiança no Presidente da República, general Francisco de Costa Gomes, proclama e compromete-se a garantir imediatamente:

- 1º - Formação de um Governo de Salvação Nacional, no qual estejam representados o MFA e as forças políticas progressistas mais representativas.
- 2º - Recomposição de todos os órgãos democráticos do MFA (Conselho Superior da Revolução, Assembleia do MFA, Assembleias dos Ramos e Armas das Forças Armadas), através de sufrágio universal e secreto, como fundamento democrático da disciplina necessária às instituições militares;
- 3º - Extinção da 5ª Divisão do EMGPA, passando as suas funções de informação e dinamização a depender directamente do C.S.R. através do Ministério da Comunicação Social.
- 4º - Organização de ~~eleições~~ eleições municipais ^{e sindicais} no prazo máximo de 60 dias.
- 5º - Garantia de livre acção dos partidos políticos, desde que respeitem as regras democráticas e a legalidade revolucionária.
- 6º - Garantia do livre funcionamento da Assembleia Constituinte



partidos políticos, é o único órgão competente para determinar a organização do Estado Português, ao nível nacional e local.

7º - Reestruturação dos meios de comunicação social dependentes do Estado, no sentido de ser assegurada a livre expressão das várias correntes de opinião antifascistas.

8º - Aplicação de um Plano Económico de emergência, destinado a:

- a) reduzir a inflação;
- b) aumentar a produção;
- c) eliminar o desemprego;
- d) criar um clima de confiança interno e externo;
- e) assegurar a base económica necessária a uma real independência nacional.

9º - Consolidação das nacionalizações através de medidas eficazes de socialização das empresas nacionalizadas, medidas que devem, desde já, ser concretizadas a partir da experiência prática dos trabalhadores.

10º - Respeito integral pelos compromissos internacionais assumidos, diversificando as relações externas, nomeadamente com os novos países de expressão portuguesa, com os demais países progressistas do Terceiro Mundo, com vista a assegurar o máximo de independência relativamente aos blocos imperialistas.



O Movimento das Forças Armadas manifesta a sua firme decisão de assegurar a autoridade revolucionária, legitimada pela expressão da autêntica vontade popular, única garantia para a construção da sociedade socialista, salvaguardando as liberdades fundamentais e os direitos do povo.